

A close-up, vertical shot of a waterfall with water cascading down rocks. The water is clear and creates a misty spray at the bottom. The background is dark and lush with green foliage.

spni

INFORMAÇÃO

Este rio não pode parar!

Crónica de uma cegueira anunciada

Lá para as bandas da Serra da Estrela, numa aldeia quase fantasma, onde meia dúzia de velhotes vão resistindo heroicamente, tenho uma tia de 80 anos, com a *terceira classe completa*, mas com a universidade de uma vida de resistência e labuta. Apenas por uma vez lhe consegui mostrar o mar. Duas ou três viagens à Covilhã e uma ida a Coimbra, devem ter sido os outros momentos em que conseguimos, ainda que por pouco tempo, afastá-la do seu cantinho na serra.

J. P. Oliveira,
jornalista

Na noite de 5 de Outubro, a minha velha tia teve a iniciativa de me telefonar. Naturalmente, com a ajuda de uma vizinha, que “esta vista cansada é mais teimosa do que eu”.

Estava preocupada. Viu “a manifestação dos professores na SIC” e ficou a pensar se, com “esse rio de gente nas ruas, não houve por aí alguma desgraça...”.

Esta minha tia também já ouve mal. Por isso, falei bem alto da marcha e, pausadamente, expliquei-lhe que corra tudo muito bem. Já mais calma, pormeno rizou:

“O rapaz da SIC que costuma ler as notícias à noite disse que foi a maior manifestação de professores. Depois, as filmagens mostraram tudo. A avenida com aquelas árvores de um lado e do outro, tão colorida, tão bonita, com aquela gente toda... Aqui as minhas vizinhas, também viram no canal 1 e na TVI. Toda a gente viu. Tenham fé, filhos...”.

Penso que, tal como a minha velha tia da serra, a grande parte dos portugueses, de Norte a Sul, dos Açores à Madeira e por esse mundo fora, acabou por ver a marcha. Regista-se, no entanto, uma excepção – uma cidadã portuguesa, que por acaso é ministra do Governo em exercício, que não viu:

“Não vi a manifestação. Vi apenas reportagens curtas” (declarações aos jornalistas, no dia 9, à saída da sessão de apresentação dos resultados da fase piloto de avaliação externa das escolas, no Conselho Nacional de Educação).

É verdade que também não se pensava que, na tarde de 5 de Outubro, a ministra fosse pelo seu pé até à Avenida da Liberdade, possivelmente de gabardina e óculos escuros para passar despercebida...

Portanto, recapitulando:

1. A ministra não viu a manifestação (não participou!);
2. Viu apenas reportagens curtas (estaria à espera de uma longa-metragem na TV?).

Conclui-se, então, que a ministra vê mal. Muito pior do que a minha velha tia serrana, que não se deixa operar às cataratas e que viu tudo, ao ponto de ficar impressionada.

A ministra não viu. Ou seja, não quer ver.

Mas, pelos vistos, vislumbrou qualquer coisa – o suficiente para dar mais uma alfinetada nos professores:

“Pareceu-me que os professores inquiridos não conheciam de facto as propostas em cima da mesa” (sequência das declarações à saída do CNE).

Os professores já foram acusados de tudo: não trabalham; faltam muito; só querem férias; não se preocupam com as aprendizagens dos alunos; são os responsáveis por tudo o que há de pior nas escolas; desestabilizam as contas do orçamento do Estado; não ensinam bem; etc. Só faltava dizer que os professores não sabem ler!

Cuidado, senhora ministra! Por vezes, o ódio cega... ▶



Adriano Rangel

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel e Ana Alvim · **Foto Capa** Adriano Rangel

Paginação / Digitalização Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 26.375 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Como um rio caudaloso...



ABEL MACEDO
Coordenador do SPN

Um rio caudaloso. Era o que parecia a Avenida da Liberdade, com largas filas de homens e mulheres que não paravam de jorrar desde o Marquês do Pombal ao Rossio de tantas lutas.

Os mais de 25 mil educadores e professores que inundaram Lisboa no dia 5 de Outubro de 2006 tinham razão para associar ao cansaço da jornada o sorriso de quem se sente satisfeito por ter estado ali, naquele dia – espaço e tempo que, para o futuro, assinalam a mais ampla unidade sindical docente e a maior manifestação até então registadas no Portugal de Abril.

Aquele dia – em que milhentas vozes se ergueram em coros decididos e alegres, confiantes e serenos – ficará como registo indelével da resposta de uma classe profissional que, sabendo da importância do papel que desempenha na sociedade portuguesa e no mundo, assumiu rechaçar firmemente a ofensiva que sobre ela vem sendo desencadeada pela equipa ministerial de que a principal responsável é Maria de Lurdes Rodrigues.

Mas a contagem decrescente para o fim do seu triste consulado está já em curso. Assim o confirmou o impressionante coro de vozes que gritavam “está na hora de a ministra ir embora”. Assim o confirmaram todos os que, bem alto, lhe chamaram “mentirosa” e “ditadora”, mostrando de forma inequívoca que os traços do seu comportamento não são compagináveis com o Portugal democrático em que vivemos.



Adriano Rangel

Os educadores e professores presentes – no impressionante registo de 1/5 de todos os docentes do país – sabiam que a grandiosa jornada de luta que ali protagonizavam era apenas um passo para o derrube das mais vis propostas de carreira docente que algum governo ousou apresentar até hoje.

Por isso, ali mesmo, decidiram apresentar um novo degrau a alcançar nesta caminhada – uma greve nacional nos dias 17 e 18 deste Outubro inesquecível. Enfrentando a arrogância, a prepotência, o autoritarismo e a incompetência de quem não entende os dias de hoje, de quem não percebe a impossibilidade – tantas vezes demonstrada – de na educação construir algo de positivo sem os professores, de quem não enxerga que os verdadeiros artífices do futuro são aqueles que fizeram transbordar o Rossio e todos os que se unirão para realizar a greve, em defesa da sua dignidade profissional e de uma Escola Pública de Qualidade e para todos.

Desencante-se a ministra (e os seus ajudantes): a sua proposta de Estatuto da Carreira Docente terá por destino certo o caixote do lixo da História; o exercício dos seus pequenos poderes tem os dias contados; a vassoura do esquecimento varrerá a sua pequenez e apagará a sua fugaz passagem pelos gabinetes e corredores do ministério.

Para tal, temos que continuar a cimentar a base da unidade que soubemos construir e manter a determinação e a coragem que exibimos no Dia Mundial do Professor. ▀

05.out

Adriano Rangel



Mais de 25 mil desfilaram em Lisboa

Um mar de gente no Rossio

A Marcha Nacional de 5 de Outubro – convocada por todas as organizações sindicais docentes para o Dia Mundial do Professor – mostrou, inequivocamente, a determinação e disponibilidade dos educadores e professores portugueses para lutarem contra as propostas de alteração do Estatuto da Carreira Docente que o Ministério da Educação pretende aprovar até ao final do mês. Se até lá não se mantiver a unidade e a força demonstradas em Lisboa, a vida profissional docente vai sofrer consequências muito graves.



Adriano Rangel



- Mais de 70% dos docentes, por melhores profissionais que o sejam, não poderão ultrapassar o actual 7º escalão. Os restantes precisarão, no mínimo, de 32 anos de trabalho para chegar ao topo da carreira. As perdas salariais, ao longo de toda a carreira, serão na ordem dos milhares de euros.
- O controlo administrativo sobre a actividade docente vai atingir os limites do insuportável. A dependência em relação aos presidentes dos conselhos executivos e coordenadores de departamento vai tornar-se quase absoluta. A subserviência e a bajulação passarão a ser armas de sobrevivência.
- O clima social nas escolas degradar-se-á significativamente. Não bastará ser óptimo profissional. É preciso que os outros sejam piores. O seu insucesso será o nosso sucesso. A sua desgraça será a nossa felicidade. A competição, a farsa e a intriga contaminarão as relações de trabalho.
 - Seremos cada vez mais o bode expiatório do insucesso escolar. A arrogância e insolência de muitos encarregados de educação terão terreno livre para se exercitar. A nossa autoridade sofrerá mais um rude golpe. *Serviçais* dos encarregados de educação, *amas-secas* dos alunos, *paus-mandados* dos conselhos executivos, *mangas-de-alpaca* da Educação, é esse o fato que nos querem vestir.
 - As condições de trabalho vão agravar-se consideravelmente. Muito mais horas de ocupação profissional dentro e fora da escola. Regime de faltas praticamente igual ao da carreira militar. 25 horas de formação por ano, obrigatória e em condições mais penosas. Primeira redução da componente lectiva apenas aos 50 anos. Ameaça permanente do quadro de mobilidade e da reconversão profissional. ▶

Por um ECD que dignifique a profissão docente e reforce o seu prestígio social



Adriano Rangel

“Os larguíssimos milhares de educadores e professores dos ensinos Básico e Secundário que se deslocaram a Lisboa para participar na Marcha Nacional consideram:

1. inaceitável a proposta de revisão do ECD apresentada pelo Ministério da Educação (ME), porque ela não só visa destruir o actual estatuto de carreira, tão arduamente conquistado, mas também instituir uma rede de injustas penalizações a aplicar aos docentes que, em alguns casos, ferem direitos constitucionais como os que decorrem da Lei da maternidade/paternidade;
2. condenável, a todos os títulos, a atitude de extrema inflexibilidade do ME no que respeita à negociação de questões fundamentais e decisivas para o futuro da profissão docente, como a estrutura da carreira, o direito de acesso ao topo, a contagem integral do tempo de serviço, o conteúdo funcional da profissão docente e a avaliação de desempenho, entre outras;
3. reprovável e desrespeitadora da lei, a decisão do ME de fixar unilateralmente o calendário negocial e as

matérias a discutir em cada uma das reduzidas seis rondas negociais, tanto mais quanto a estratégia seguida não conduziu, até hoje, à construção de algo provindo de uma verdadeira negociação – esta realidade mostra, com clareza, os verdadeiros propósitos do ME: cumprir formalmente um rápido processo de audição das organizações sindicais, transformando este processo numa farsa negocial, finda a qual, o Governo teria imposto um Estatuto que desfiguraria grosseira e iniquamente o perfil profissional dos docentes;

4. indispensável a mobilização geral dos educadores e professores dos ensinos Básico e Secundário, de modo a fazer face à prepotência do ME e a obrigá-lo a abandonar uma posição de grande inflexibilidade relativamente às suas propostas de revisão do ECD, apresentadas como intocáveis, apesar de rejeitadas pela esmagadora maioria dos docentes.

Nesse sentido, os educadores e professores presentes no plenário de encerramento da Marcha Nacional decidem:

1. manifestar o seu apoio e solidariedade activa às organizações sindicais de docentes que lutam afincadamente pela dignificação da profissão docente, pelo reforço do seu prestígio social e pela construção de uma Escola Pública de Qualidade;
2. assumir o compromisso de mobilizar os colegas para uma luta que se antevê dura, difícil, complexa e prolongada, mas indispensável para a defesa da profissionalidade docente;
3. aprovar a realização de uma greve nos próximos dias 17 e 18 de Outubro, caso o ME não dê provas inequívocas de estar disposto a abrir um processo negocial em que as posições sindicais sejam democraticamente tidas em conta;
4. manifestar a sua disponibilidade para prosseguir a luta, sob a forma que, a cada momento, se mostrar mais adequada, com vista a impedir que o ME imponha autocraticamente o seu ECD”. ▸



Adriano Rangel



postais de lisboa

“Presidente” Paulo Sucena **Camioneta nº 3**

Eram turistas provenientes de vários países, e já sabiam que era feriado nacional. Por isso, abeiraram-se de nós para esclarecer o que se passava. Perguntavam se era o modo habitual de festejar aquele feriado. Quando explicámos que estávamos numa manifestação de professores, quiseram saber os motivos e o significado das cores das bandeiras. E mostravam-se solidários, prontificando-se a usar as nossas braçadeiras de luto.

Durante a intervenção do Paulo Sucena, alguém perguntou se era o Presidente da República que estava a discursar, e qual o significado das palavras de ordem que repetidamente se ouviam.

Não há dúvida – a marcha *desinquietou* até os turistas que passeavam numa cidade que, à partida, talvez imaginassem quase deserta, como é normal, nas grandes cidades, em dias feriados.

Arminda Rosa Vilela

Autocarro tipo “benetton”, todos diferentes todos iguais: 32 sócios do SPN, 11 não sindicalizados, 2 do SINDEP, 1 do SIPE, 1 do SPLIU, 2 da ASPL.

Primeira paragem na Mealhada, devido às NFI (necessidades fisiológicas individuais). Tremenda confusão, uma vez que já estavam lá parados mais ou menos 20 autocarros. A estação de serviço cheia, com pessoal já na escadaria, o que impedia as pessoas de entrar e sair.

Um cavalheiro já de certa idade, cabelos brancos, furioso, descendo a escadaria e encostando-se ao seu belo Fiat Stillo, sai-se com este comentário, em voz alta e para quem o quis ouvir: *Parece o Terceiro Mundo. Parece o Terceiro Mundo...*

Se estivesse no Rossio, com 25 mil de nós, que raio de comentário lhe surgiria naquela cabecinha de cabelos brancos?!... Haja paciência!

Conceição Peixoto



Carreira há só uma

Lisboa, 5 de Outubro de 2006. Eram docentes dos diversos graus de ensino, dos mais diversos pontos do país, sujeitos às mais diversas pressões; mas, sem dúvida, um só grupo profissional por uma só carreira. Isso era manifesto.

Do Marquês ao Rossio, os educadores e professores portugueses deixaram claro que não entendem que se deseje, artificialmente, esquartejar a carreira docente. Porque ela é única, como o é o conteúdo funcional da sua profissão.

Todos os dias, ao longo da sua carreira, o professor prevê, planifica, executa, negocia, acompanha, avalia. Todos os dias coordena grupos, promove actividades, toma decisões...

Novo ou velho, recém-formado ou pré-reformado, todos os dias o professor vive a experiência de um gestor e de um servo. Em função de um único objectivo – o desenvolvimento integral do aluno, independentemente do nível de ensino.

Jorge Pimentel

"Pinócrates" ditador

Bandeiras vermelhas, verdes, azuis e amarelas cobrem a Avenida. A Liberdade está a passar por aqui! No meio de um mar de gente, um cartaz berra: *Sócrates, ditador, havias de ser professor!*

É a primeira manifestação de muita gente e o reencontro de tantos outros que há longos anos não largavam as pantufas. Cada passo no alcatrão da avenida parece um regresso ao passado para defender o futuro.

O Marquês franze o sobrolho e o Rossio transborda alegria. Nunca o Dia Mundial do Professor se viveu com tanta dignidade e vontade.

Pode ser que Outubro seja o mês da vitória sobre a ignorância. Se não for esse o desfecho, fica a esperança de que um dia, talvez de eleições, todos os aqui presentes não se esqueçam de agradecer ao senhor engenheiro por este feriado tão bem passado na parte mais nobre da capital.

J. A. Faria Pinto

Desta vez, decidi pregar uma partida aos meus amigos do Sindicato dos Professores do Norte. Particularmente aos que assumem a responsabilidade editorial da «SPN-Infomação».



Adriano Rangel

O protesto e a luta foram *acontecimento*

Deram-me até 1.500 caracteres para um depoimento sobre a histórica Marcha Nacional de Educadores e Professores.

Só que não vou falar da energia da iniciativa, da presença combativa de largos milhares de docentes oriundos de todo o país, nomeadamente do Norte, de onde saíram dezenas de autocarros repletos de determinação.

Não vou citar as expressivas palavras-de-ordem, ouvidas com um misto de curiosidade, atenção e espanto por muitos lisboetas em passeio naquela tarde de Verão teimoso; ou as fotos dos turistas que assim descobriram um outro Portugal.

Não vou procurar no bloco de apontamentos os registos que fui captando ao longo do desfile, como o empregado da *Suíça*, esclarecendo um jovem casal que se interrogava sobre as razões da enchente no Rossio: “São professores, estão fartos de apanhar... Tanta gente a protestar desta maneira, é porque alguma coisa está mal. Os graúdos da política não estão a agir bem...”.

Não vou falar das bandeiras coloridas que encheram a Avenida da Liberdade, das famílias inteiras que compareceram, das mensagens criativas de alguns cartazes, nem das intervenções do grande plenário no Rossio, incluindo as vozes solidárias que vieram de Espanha e Itália. E também não vou sublinhar o “oceano de esperança” que inundou o coração de Lisboa, nem a vibrante lição de unidade dos educadores e professores e das suas organizações sindicais.

[caro A.B., espero que ainda não tenha chegado aos 1.500 caracteres...]

Quero falar, isso sim, do profissionalismo dos jornalistas e das equipas de reportagem – redactores, homens e mulheres das rádios nacionais e locais e da imprensa regional, fotógrafos, operadores de imagem – que acompanharam esta marcha pela dignidade em toda a sua dimensão. Do Marquês do Pombal ao Rossio, passando pela Avenida, lá estiveram dando o melhor das suas capacidades, registando depoimentos ao vivo, relatando em directo pela rádio o evoluir do desfile, empoleirando-se ali e acolá para obter o melhor ângulo de imagem. Foi um trabalho bem à altura do prestígio dos jornalistas portugueses. Rigoroso, dinâmico, isento, sério. Que, desta vez, os editores/chefes e directores dos órgãos de comunicação não conseguiram abafar ou atirar para as breves. Num feriado *abençoado* pelo sol, aliás evocativo de uma data gloriosa da História nacional, mais de 25 mil educadores e professores juntaram-se na capital para gritar bem alto que não permitem que lhes destruam a profissão – qualquer que tenha sido a *cartilha* por que os editores e directores aprenderam, aquele era **o acontecimento do dia**, e assim foi relatado aos portugueses.

Os telejornais e serviços noticiosos das rádios não hesitaram em informar que se tratava da maior manifestação de sempre dos professores portugueses, e os diários de grande expansão puxaram **o acontecimento** para as capas – por vezes com direito a manchete –, com fotos bem expressivas da marcha e da concentração final.

5 de Outubro de 2006 mostrou que, afinal, a solidariedade, o protesto e a luta dos cidadãos são **acontecimento**. E os jornalistas – também eles a braços com uma ofensiva inconcebível contra o seu estatuto profissional – bem o sabem. ▶

José Paulo Oliveira,
jornalista (colaborador da Fenprof)

Caro J.P.O., excedeste largamente os 1.500 caracteres. Mas excedeste *largamente* bem. Por esta vez, estás perdoado! **A.B.**

25 mil contra as políticas do ME

Nuno Santos,

assessor de imprensa da FNE

Adriano Rangel



O dia 5 de Outubro de 2006 não ficará conhecido apenas como mais um feriado comemorativo da implantação da República em Portugal, mas, certamente, também como o dia em que se verificou a maior manifestação de docentes desde o 25 de Abril de 74.

Parecem muitos números para um pequeno texto, mas a contestação superou todas as expectativas, levando a Lisboa 25 mil docentes que, na Marcha Nacional de Educadores e Professores, gritaram contra as políticas do Ministério da Educação, nomeadamente no que à revisão do Estatuto da Carreira Docente diz respeito.

E se nos primeiros momentos do desfile entre o Marquês e o Rossio a PSP apontava para 15 mil pessoas, cerca de uma hora depois eram já 25 mil os que reconhecidamente mostravam o seu descontentamento perante as “reformas” do Governo.

As 14 estruturas sindicais docentes juntaram-se numa plataforma que não hesitou em avançar com um pré-aviso de greve, caso a tutela não mude radicalmente de atitude. Isso mesmo foi confirmado e aprovado no plenário do Rossio, onde o porta-voz da plataforma, Paulo Sucena, frisou que a Marcha Nacional de 5 de Outubro (Dia Mundial do Professor) serve de resposta à ministra que repetidas vezes diz ter “os bons professores a seu lado”.

Pela Fenprof, Mário Nogueira garantiu que as manobras do ME não servem para demover os professores. Em representação da mesa negocial da FNE, João Dias da Silva destacou o “nervosismo do ME e do Governo frigorífico, que insiste em congelar tudo”.

Finalmente, depois de outros representantes das mesas negociais usarem da palavra, o plenário aprovou por unanimidade uma moção em que os presentes assumiram “o compromisso de mobilizar os colegas para uma luta que se antevê indispensável”. ▶

correio electrónico

**Alegria,
esperança,
indignação...**



Esta marcha, além de ter sido a maior de sempre, foi também a melhor de sempre. A alegria que se via em todos os rostos mostra que o futuro do país passa por nós!

joapaulo74@gmail.com



Apesar de o pano ser “emprestado”, o Agrupamento de Escolas de Argoncilhe esteve muito bem representado por um grupo de colegas com muita vontade de mostrar ao país que assim não pode ser. Um grito de esperança, de Santa Maria da Feira até S. Bento.

joapaulo74@gmail.com



Para que conste... Eu estive lá, mostrando a minha indignação. Nas próxima eleições, terei de repensar o meu voto. Foi um dia muito intenso. Era o Dia Mundial do Professor. Era o dia da República, e numa República todos temos o direito à indignação...

lru@clix.pt

São precisos 18 milhões de novos professores

“Não pode haver uma solução viável de longo prazo para as nossas necessidades educativas e para a falta de professores sem investimento em formação e medidas para promover o respeito pela profissão docente”, considera o director-geral da UNESCO, Koichiro Matsuura.

Numa declaração a assinalar o Dia Mundial do Professor, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) insta as autoridades a promoverem o respeito pela profissão docente, de modo a aumentar o seu perfil e a prevenir uma futura carência de pessoal – um cenário previsível, estimando-se já que, até 2015, sejam necessários 18 milhões de novos educadores e professores em todo o mundo.

A Europa Ocidental e a América do Norte também se vão confrontar com o problema – “os professores mais velhos estão a reformar-se, enquanto os novos estão pouco preocupados com uma carreira de longo prazo no ensino”, lê-se na declaração, assinada por Matsuura –, mas é na África subsaariana que se regista o maior défice docente.

Instituído pela UNESCO, o Dia Mundial pretende chamar a atenção pública sobre o importante papel que os educadores e professores desempenham na construção de um mundo melhor para todas as crianças e jovens do mundo. Constitui, por outro lado, uma oportunidade para que os sindicatos pressionem os respectivos governos a investirem os recursos efectivamente necessários à construção de uma verdadeira Educação de Qualidade para Todos antes de 2015. Este ano – assinalando o 40º aniversário da adopção da recomendação conjunta da UNESCO/OIT relativa à situação do pessoal docente –, o Dia Mundial teve como tema “Professores de Qualidade para uma Educação de Qualidade”

Declaração da IE

Adoptada em 5 de Outubro de 1966, em Paris, a recomendação é o único instrumento normativo internacional aplicável a todos os educadores e professores do ensino não superior, regulando, entre outros aspectos, a preparação para a profissão, o emprego e a carreira, os direitos e responsabilidades, as efectivas condições de ensino/aprendizagem e o salário dos docentes.

O apelo à sua aplicação em todo o mundo é, exactamente, o primeiro ponto da declaração da Internacional da Educação (IE) comemorativa deste Dia Mundial.

Porta-voz de mais de 29 milhões de educadores e professores – congrega 338 organizações de 161 países –, a IE convoca as agências intergovernamentais e os Estados-membros a respeitarem os seus compromissos relativos aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, nomeadamente a educação para todos, e a considerarem a educação como um serviço público.

Nessa perspectiva, a declaração intitulada “Nós, professores do mundo inteiro” pede o apoio da comunidade internacional de doadores e exige que os governos aprovechem orçamentos adequados.

Noutro passo, a declaração apela a que os professores e as suas organizações sindicais sejam ouvidos enquanto parceiros sociais de pleno direito nos processos decisórios. Por outro lado, compromete todos os educadores e professores a trabalharem com alto grau de profissionalismo em ordem à desejada qualidade da educação para todos.

No entanto, adverte, uma educação de qualidade só se consegue com docentes qualificados, que recebam uma formação inicial de alto nível, tenham acesso a formação contínua durante o seu exercício profissional e disponham dos recursos pedagógicos necessários. ▶

António Baldaia



As opções tomadas pelo Ministério da Educação (ME) criaram uma grande confusão entre o que é currículo e complemento curricular, o que prejudica a qualidade da educação, a organização das escolas e o trabalho dos professores.

O Decreto-Lei 6/2001 define o conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do currículo nacional, estabelecendo os princípios orientadores da “Organização e Gestão Curriculares do Ensino Básico”. Subjacentes ao currículo do 1º Ciclo estão os princípios de diferenciação pedagógica, adequação e flexibilização, esclarecendo-se que, “no respeito pelos limites constantes dos desenhos curriculares (...), compete à escola, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto curricular, definir as cargas horárias a atribuir às diversas componentes do currículo” (Artigo 5º, nº 7).

Princípios, aqueles, que de forma alguma foram tidos em conta no Despacho 19.575/2006, do secretário de Estado da Educação, que enuncia “Orientações para a Gestão Curricular”, com “tempos mínimos para a leccionação do programa” justificados, entre outros, pela existência de um “Programa de Enriquecimento Curricular” e de um “Programa de Formação Contínua em Matemática”.

Torna-se evidente que estamos perante um novo desenho curricular, com um conjunto de normas a cumprir uniformemente em todas as salas de aula, à margem de qualquer discussão e avaliação do currículo e dos programas actualmente existentes, e sem tempo para a avaliação do impacto das medidas resultantes da “implementação da Escola a tempo inteiro”. Ao não ter como preocupação a transversalidade das matérias, as actividades de desenvolvimento curricular assim organizadas implicarão a disciplinarização do 1º Ciclo.

Que escola a tempo inteiro?



Ana Alvim

O carro à frente dos bois

Continuando uma linha de rumo muito *sui generis*, o ME – como afirma a própria ministra – implementa primeiro e depois cria condições. É o que se constata, neste início de ano lectivo, com a organização das actividades de enriquecimento curricular (AEC), em muitas escolas, revelando carências em termos de recursos humanos, financeiros, de instalações e equipamentos escolares.

Como o ME apenas garante às entidades promotoras o financiamento das referidas AEC, as actividades curriculares são interrompidas sem que, em muitos casos, se garanta a qualidade pedagógica das aprendizagens. Tendo em conta que as escolas estão sem profissionais não docentes que garantam a segurança das crianças, alguns agrupamentos organizaram o horário dos professores de apoio pedagógico por forma a cobrir o horário das AEC, para que as crianças estejam acompanhadas nos intervalos das mesmas e para substituir os outros na sua ausência – o que constitui um enorme desrespeito pelos interesses dos alunos e pela profissão docente.

Em suma, as opções deste ministério criaram uma grande confusão entre o que é currículo e complemento curricular, o que prejudica a qualidade da educação, a organização das escolas e o trabalho dos professores. Ora, a construção de uma Escola Pública de Qualidade passa pela articulação das medidas e por respeitar os interesses pedagógicos e o profissionalismo docente. ▀

Lurdes Veiga,
direcção da Área Sindical de Braga

Em Janeiro e Fevereiro, o Ministério da Educação (ME) fez publicar dois decretos-lei com as novas regras de concurso de educadores e professores e novos grupos de recrutamento. Pelas novas regras, os docentes de Educação Especial (EE) passaram a ter grupos de recrutamento (910, 920, 930) em função da sua formação especializada.

Um dos grupos (910) foi criado para o apoio a crianças e jovens com graves problemas cognitivos, com graves problemas motores, com graves perturbações da personalidade ou da conduta, com multideficiência e para o apoio em intervenção precoce na infância.

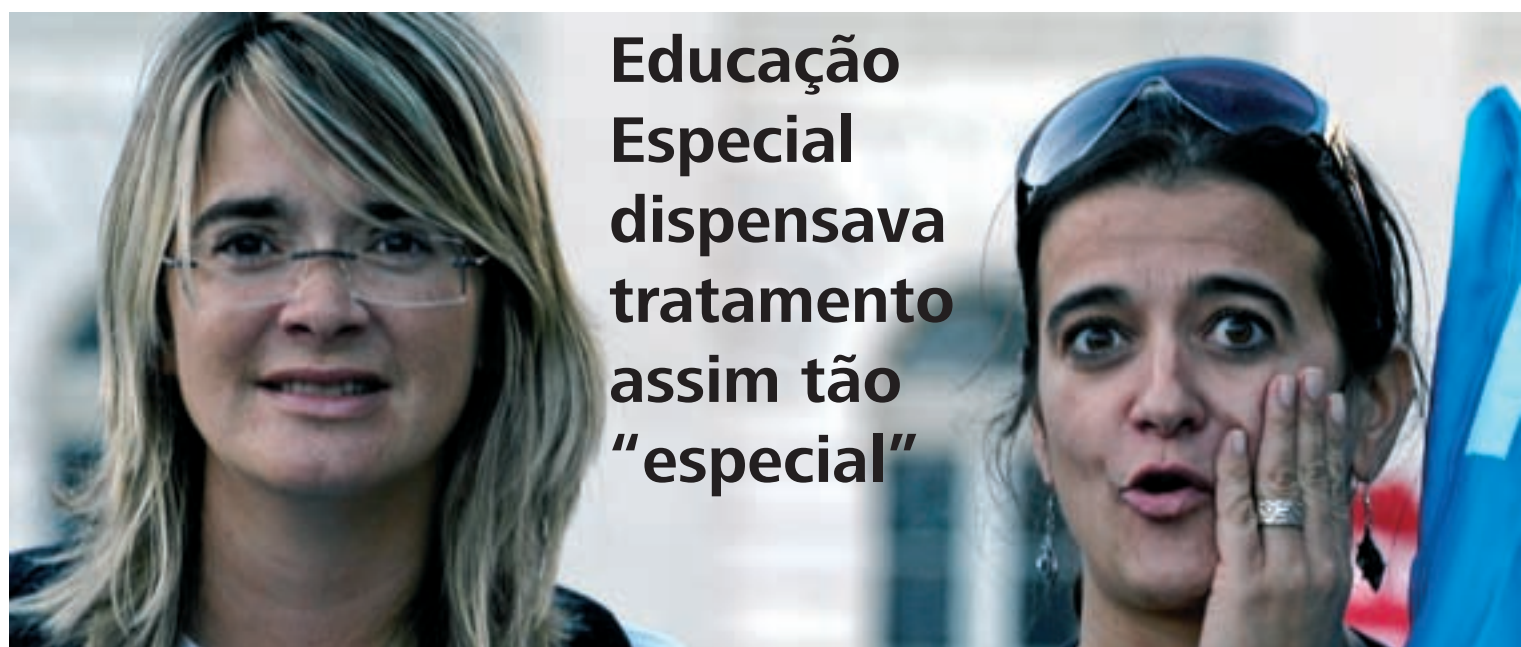
Os docentes com formação e/ou experiência em EE que optaram por transitar para este novo grupo de recrutamento, fizeram-no pensando que os lugares viriam a concurso em função das necessidades das crianças, dos alunos e das escolas. Pensavam...

De Junho a Agosto, mais uma vez por telefone, os serviços regionais do ME contactaram alguns docentes para ocuparem algumas vagas para a intervenção precoce, quando o próprio serviço central (o dos Recursos Humanos) ainda não havia publicitado as listas definitivas do concurso nacional.

Os docentes de EE não sabiam que, mais uma vez, o ministério confundia tudo e que a legislação que vai produzindo é para alterar quando interessa (ao bem público, como gostam de referir) ou é conveniente.

Uma primeira conclusão pode ser retirada deste processo perverso. O levantamento das necessidades dos alunos e das escolas foi elaborado tendo por base critérios que se desconhecem – o critério das reais necessidades das escolas e dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE) de carácter prolongado não foi certamente.

Quando se fala em avaliar a eficácia e a eficiência dos serviços públicos, tem faltado um detalhe: um modelo de avaliação de desempenho da ministra da Educação, dos secretários de Estado, dos directores-gerais, dos directores regionais e das suas políticas.



Adriano Rangel

Educação Especial dispensava tratamento assim tão "especial"

E isto é tão verdade que, em Setembro, os conselhos executivos dos agrupamentos receberam, da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), a listagem dos docentes com formação especializada em EE e foram encarregados de auscultar a sua disponibilidade para ocuparem vagas que não tinham sido publicitadas no concurso nacional. Em caso afirmativo, estes docentes exerceriam, pelo prazo de um ano, as funções de EE em regime de destacamento "especial".

Mais grave se torna a situação quando o próprio ME, através dos seus serviços regionais, perverte as regras do concurso, afectando docentes dos quadros de zona pedagógica (sem qualquer formação especializada) ao exercício de funções neste segmento, preenchendo horários não disponibilizados para as fases posteriores de concurso.

Foram acauteladas as situações decorrentes da aplicação das novas regras de aposentação (?), uma vez que os serviços da DREN dizem aplicar-se regras especiais aos educadores de infância e professores do 1º Ciclo colocados através desta forma de mobilidade.

Apenas há sete meses, a ministra legislou em matéria de concursos. O mínimo que se exige é que cumpra o que escreveu em letra de lei. Com que desfaçatez se pode dizer, no meio de tanta confusão, que o ano lectivo abriu "excepcionalmente bem"?

Será que, para os alunos com NEE de carácter prolongado, serve qualquer docente, mesmo que sem formação adequada? Ou estes alunos serão uma "casta menor"? ▶

No dia 28 de Setembro, foi debatido, na Assembleia da República, o projecto de lei nº 268/X, apresentado pelo PSD, relativo ao regime de gestão dos estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário. No final do debate parlamentar, o projecto foi rejeitado, tendo recebido apenas os votos favoráveis do PSD e do CDS/PP.

Novo ataque à Gestão Democrática e à Escola Pública

Parlamento rejeitou projecto do PSD para a gestão das escolas

Apresentado como contendo quatro grandes inovações – reforço da autonomia das escolas, responsabilização dos agentes locais, gestão profissional e liberdade de escolha – o projecto retoma, no essencial, propostas anteriores, constantes da *Lei de Bases da Educação* aprovada em Maio de 2004 pela maioria PSD/PP e vetada politicamente pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio, que alegou, entre outras razões, “fundadas dúvidas de constitucionalidade” das normas respeitantes à gestão das escolas. Da exposição de motivos que levaram os sociais-democratas a apresentar o “novo” projecto, transcrevem-se, pelo seu carácter clarificador, as seguintes passagens (sublinhados nossos):

- “Não faz hoje qualquer sentido que as escolas sejam geridas por uma **espécie de ‘órgãos ad-hoc’**, assentes numa lógica de **pretensa ‘gestão democrática’**, como se o seu recrutamento se tratasse de um processo político”;
- “O gestor escolar, o **Director**, tanto poderá ser um docente como uma **personalidade de mérito reconhecido**. O que releva são as suas qualificações e não a sua categoria profissional. Pode aceitar-se que, **por inércia**, as escolas tendam a seleccionar um professor para esta função”;
- “Com esta iniciativa, o PSD visa não só ultrapassar a inércia desqualificadora em que se encontra o sistema de ensino, mas também contribuir para um relevante avanço numa caminhada que só deverá estar concluída no momento em que **todos os portugueses puderem optar**, em igualdade de circunstâncias, **por qualquer escola, independentemente de ser estatal ou não**”.

As alterações propostas

Do articulado deste projecto de lei, destaca-se a alteração de um artigo da actual Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), referente à gestão dos estabelecimentos de educação e ensino, e de vários do actual regime de autonomia e gestão das escolas.

No que à LBSE diz respeito, é proposta a retirada da referência explícita à eleição democrática dos representantes dos professores, alunos e pessoal não docente para os órgãos de administração e gestão das escolas.

Ao decreto-lei 115-A/98, são propostas as seguintes alterações:

- na Assembleia, “a soma do número de representantes dos pais e encarregados de educação e do número de personalidades representativas do meio envolvente não poderá ser inferior a 50% da totalidade dos membros” e “a representação do corpo docente não poderá ser inferior a 30%”;



Ana Alvim



Ana Alvim

- o órgão de gestão da escola – obrigatoriamente unipessoal e designado Director – é seleccionado por uma comissão de três elementos da Assembleia, a saber: um representante dos pais e encarregados de educação, que preside, um representante dos docentes e um representante da autarquia (a Assembleia ratifica a deliberação desta comissão);
- ao Director cabe elaborar o Projecto Educativo (competência retirada ao Conselho Pedagógico), passando as estruturas de orientação educativa a colaborar com o Director, e não com o Conselho Pedagógico, como está previsto actualmente.
- os coordenadores de estabelecimento deixam, também, de ser eleitos, e passam a ser seleccionados num processo análogo ao previsto para o Director;
- os contratos de autonomia passam a ser obrigatórios – num prazo de dois anos –, prevendo-se a contratação directa de professores e novos critérios para o financiamento das escolas, como os níveis de sucesso e abandono escolares.

Liberdade de escolha

Em nome do princípio da liberdade de escolha, o projecto do PSD confere “aos pais e aos alunos o direito de optar pela escola da sua preferência, em função do respectivo Projecto Educativo”, competindo ao Ministério da Educação (ME) a criação das “condições efectivas para o exercício da livre e esclarecida escolha da escola, nomeadamente através de um sistema de avaliação e caracterização das mesmas, de acesso livre”. Como foi explicitado aquando da apresentação da proposta, este sistema deverá levar à publicação anual de um *ranking* de estabelecimentos de ensino.

Ao pretender consagrar o princípio da livre escolha, o PSD está, de facto, a procurar instituir um sistema em que as escolas seleccionem os seus alunos, por forma a criar um mercado educativo, abrindo caminho para o financiamento público do ensino privado. A desregulação da oferta pública de educação e ensino que daqui adviria põe em causa o próprio direito à educação, já que os alunos – em particular os que têm dificuldades de aprendizagem e piores resultados – deixariam de ver garantida a frequência da escola mais próxima da sua residência.

No final do debate parlamentar, este projecto de lei foi rejeitado, tendo recebido apenas os votos favoráveis do PSD e do CDS/PP. É uma decisão que quem defende que o caminho não é acabar com a gestão democrática das escolas – que, para alguns, parece ter-se tornado uma espécie de *peste negra* –, mas sim aprofundar a democraticidade na organização escolar, não pode deixar de saudar. Resta saber quando e como surgirá a próxima tentativa de subversão dos princípios constitucionais que regulam a organização escolar e a rede pública de educação.

Retórica e hipocrisia

De registar, ainda, o facto de este projecto ter sido apresentado na mesma semana em que o líder do PSD veio a público defender que o Estado “deve prestigiar a função social dos professores” e pedir para o ME “não os agredir”. É que o PSD parte, precisamente, do mesmo pressuposto, e assenta no mesmo preconceito que tem norteado a política educativa do actual Governo – os professores são irresponsáveis e incompetentes. Por isso, há que os afastar da gestão das escolas e entregá-las a “personalidade de mérito reconhecido”; há que garantir que os docentes estão em minoria na Assembleia de Escola, formalmente o órgão de direcção; há que retirar-lhes poder de decisão e espaço de intervenção, até na elaboração dos projectos educativos.

Como o PSD refere na exposição de motivos, “são as famílias e a sociedade civil a assumirem um papel activo e decisivo na definição das grandes opções estratégicas da Escola, porque elas são o melhor garante da defesa dos interesses dos alunos e da aposta na qualidade de ensino”.

Afinal, o PSD e a equipa ministerial estão em sintonia – em matéria de educação, os professores são, de todos os parceiros educativos, aqueles com quem menos se conta e que menos interessa ter em conta.

Qualquer dia ainda legislam para nos impedir de intervir na qualidade de pais/encarregados de educação e de cidadãos...

Manuela Mendonça,
direcção do SPN

Professores
LUTA

PROFESSORES
ROUBADOS
NO ACTIVO
E REFORMADOS

A REFOR
AS PENSO

Professores
em LUTA

DE LUTO
EM LUTA

MOTIVAC
OBJECTIV
ACCAC



SOCRATES
DITADOR
HAVIAS de SER



Globalização e sistema educativo

Os territórios *off-shore* são uma das principais placas giratórias de transferência de recursos do subterrâneo para o visível, do ilegal para o legal, do informal para o formal. As instituições que prestam serviços de ensino são parte integrante deste processo, tanto mais quanto fazem parte de um sector económico altamente rentável. Por isso, tenderão a verificar-se nos serviços de Educação tendências similares às verificadas em relação ao conjunto das actividades económicas. Contrariando esta perspectiva, a reconstrução do tecido social assente na ética exige uma Educação universal, científica, crítica, imaginativa, livre, irreverente, sem subserviência a ideias e poderes, com a participação e vigilância de todos nós, em todos os níveis de ensino.



Adriano Rangel

É nosso propósito tecer algumas considerações sobre a globalização e as tendências de evolução do sistema educativo, terminando por algumas propostas que possam inverter parcialmente algumas das tendências dominantes do mundo contemporâneo.

O espaço é exíguo para trabalhar em profundidade tais assuntos, mas, mesmo assim, pretendemos fazê-lo de forma aprofundada. A informação e os símbolos que nos envolvem estão de tal modo recheados de banalidades e “evidências” mistificadoras que seria uma ameaça à inteligência e à possibilidade de transformação procedermos de outra forma. Temos, no entanto, que alertar o leitor que, caso esteja interessado em desenvolver alguma ideia que aqui apresentamos ou em esclarecer melhor alguma dedução que lhe pareceu ser mais arrojada, poderá ler o livro que em 2004 publicámos sobre o assunto ⁽¹⁾.

Terminemos estas considerações introdutórias esclarecendo que utilizamos “mundialização” e “globalização” com significados diferentes. Esta, centro do nosso interesse, é “a mundialização hoje”, uma fase da mundialização que se inicia na década de oitenta do século passado, que assumiu e desenvolveu determinadas características, que mais adiante precisaremos. A mundialização é provavelmente inevitável, mas as configurações que assume em cada fase histórica certamente o não é. A globalização, neste sentido, nasceu, cresceu e modificou-se, continuará a modificar-se e dará lugar a outras formas de organização social à escala mundial.

Carlos Pimenta,

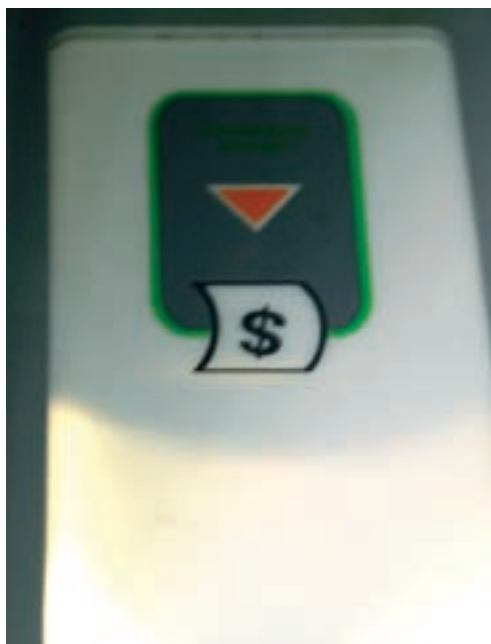
Faculdade de Economia do Porto

Reforço da ideologia dominante

A globalização é uma fase do capitalismo. A propriedade privada dos meios de produção e a relação salarial são os seus pilares. Mais especificamente, a globalização acontece numa fase do capitalismo em que existe uma simbiose entre o capital industrial e o capital bancário, em que o domínio económico-social pertence às empresas multinacionais e em que a partilha do mundo colocou algumas economias no “centro” e a grande maioria (em território e população) nas “periferias”.

Apesar de se terem intensificado as relações humanas e institucionais à escala mundial, não existem mudanças quantitativas ou qualitativas nas importações e exportações de bens e serviços que indiquem modificações destas componentes durante este período. Entretanto, mantêm-se e reforçam-se as especificidades de participação dos países “mais ricos” e “mais pobres” nos processos de troca, revelando-se claramente as desvantagens do comércio livre para muitos.

Já o investimento directo estrangeiro é um elemento diferencial a ter em conta – tem aumentado significativamente em termos absolutos e relativos, embora de forma desigual nos diversos países. Além disso, regista alterações qualitativas na expressão regional, nas formas de relacionamento entre as empresas e na importância das fusões-aquisições de empresas, entre outros aspectos.



Ana Alvim

As migrações internacionais, outro indicador das relações internacionais continuam predominantemente influenciadas pelas conjunturas, mas intensificou-se nos espaços de integração económica e social, assumiu novas origens e destinos e aumentou a importância dos movimentos clandestinos e o ressurgimento da escravatura.

É na importância, diversidade, mobilidade, propriedade, controlo e organização dos mercados financeiros que se encontra o principal traço diferenciador da globalização em relação a todos os períodos precedentes. O produto da economia mundial e dos diversos países surge como verbas ridiculamente pequenas ao lado das movimentações financeiras diárias. A aparência é que tudo gira em torno dos mercados financeiros, verdadeiros “buracos negros” do sistema económico mundializado.

Assim, podemos sinteticamente afirmar que esta fase do imperialismo é essencialmente caracterizada pelo reforço da ideologia neoliberal, pelo aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos – isto é, de capital-dinheiro totalmente desligado de qualquer processo produtivo –, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos seus mercados e pela adopção de políticas económicas que reforçam o papel das multinacionais, empresarializam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos. É a adopção, à escala mundial, das formas de funcionamento do capitalismo americano.

Da desregulação social à apropriação de valores

Se esta é uma caracterização essencial, acrescente-se, para se combater fáceis ilusões, que a globalização está associada ao Estado e à acção de estruturas burocráticas mundiais (OMC, FMI, BIRD), que assumem expressamente uma política de “desregulamentação social”, de “desprotecção social”, de imposição às economias marginalizadas de regras de submissão. E quando a força económica não é suficiente, surgem as intervenções militares e as guerras.

Todos estes aspectos são compatíveis com uma outra dramática situação que os dados exprimem: as desigualdades económicas e sociais aumentaram, entre países e cidadãos. A financeirização da economia e a importância crescente do capital fictício é, como referimos e insistimos, um dos elementos caracterizadores, cuja importância quantitativa pode ser expressa em dois simples apontamentos:

1. os activos financeiros nas economias desenvolvidas são quase sempre manifestamente superiores ao produto interno bruto anual desses países;
2. em 2001, o valor diário das transacções nos mercados principal e paralelo (em todo o mundo) foi 1,96 vezes o produto interno bruto a nível mundial durante esse mesmo ano.

Essas actividades financeiras são improdutivas, isto é, não criam valor ou, por outras palavras, apropriam-se de valor novo criado noutros sectores de actividade produtivos.

Analise como. +

Mercados financeiros “absorvem” economia subterrânea

Sabemos que os sectores financeiros das economias desenvolvidas sempre, desde os primórdios do capitalismo, se apropriaram de valor novo criado pelos trabalhadores e do rendimento e riqueza das economias subdesenvolvidas, o que hoje continua sob novas formas, também por outros processos, utilizando procedimentos adequados ao desenvolvimento tecnológico actual e à dimensão planetária das relações económicas.

A gestão empresarial e política à escala mundial e a passividade dos Estados e das populações permitem transferências avultadas destas para as multinacionais.

A transferência de importantes sectores da Segurança Social para o sector privado, processo a que assistimos um pouco por todo o lado, é outra importante forma de apropriação de recursos para os mercados financeiros. Colocando-se frequentemente mal o problema, ou ignorados os novos problemas que a privatização coloca, o que está em causa é a passagem de uma solidariedade social entre gerações para um processo de capitalização individual, o qual garantiria importantíssimos recursos utilizáveis nos mercados financeiros, apesar dos processos de regulação pública existentes.

Estes são alguns processos de transferência. Contudo, é nossa convicção que o produto actualmente apropriado pelas vias anteriormente referidas, passível de utilização nos mercados financeiros, é insuficiente, dadas as características e dinâmicas destas, nomeadamente em situações de crise. Os mercados financeiros “exigem” a apropriação de produto criado na “economia não contabilizada”, na economia subterrânea.

A persistência da economia subterrânea – das indústrias e mercados informais à droga, da “indústria de guerra” às migrações, ao contrabando, etc. –, nomeadamente de muitas actividades directamente associadas a actividades produtivas, e a sua ampliação (órgãos humanos, resíduos tóxicos, escravatura, etc.), não são excrescências anómalas da sociedade actual, mas componente imprescindível da reprodução da globalização. As justificações pontuais para a sua existência podem radicar-se no que aparenta ser um entrave à “iniciativa privada” (burocracia ou carga fiscal, por exemplo), como se a sociedade pudesse ou devesse existir como uma “selva” sem qualquer tipo de enquadramento jurídico-institucional, mas a principal razão está na ideologia neoliberal e na degenerescência do tecido moral da nossa sociedade.

Os territórios *off-shore*, de Estados muito respeitáveis e onde todas as respeitáveis instituições bancárias estão representadas, são uma das principais “placas giratórias” de transferência de recursos do subterrâneo para o visível, do ilegal para o legal, do informal para o formal



Inês Rangel

Repercussões no sistema de ensino

As instituições que prestam serviços de ensino são parte integrante deste processo, tanto mais quanto fazem parte de um sector económico altamente rentável. Provavelmente as tendências de evolução da estrutura etária da população deslocará o centro do negócio para as pós-graduações e a formação ao longo da vida, mas em todas as circunstâncias estamos perante um sector altamente lucrativo.

Por isso mesmo, tenderão a verificar-se nos serviços de Educação tendências similares às verificadas em relação ao conjunto das actividades económicas:

a) uma intervenção política no sentido da desregulação do ensino público, criando oportunidades de negócio à iniciativa privada;

b) processos de concentração e centralização de actividades de ensino, para o que será fundamental o investimento directo estrangeiro. A imagem de “cientificidade” transmitida por algumas instituições americanas, a tendência de a Língua Inglesa ser o “esperanto dos tempos modernos”⁽²⁾ e a crescente internacionalização dos mercados de trabalho mais qualificados, são factores fortemente conducentes para que largas percentagens dos serviços de ensino sejam entregues a instituições de capital britânico ou americano; +

c) complementarmente, existe todo um conjunto de actuações, quantas vezes sob capa pedagógica ou científica, para formar quadros social e ideologicamente apoiantes, ou pelo menos não obstaculizadores, da “nova ordem mundial do capital”.

Estas constatações apoiam-se na aplicação dos princípios gerais da dinâmica da globalização a este sector económico, mas também na observação de diversos processos em curso à escala europeia e mundial.

Cidadania e estratégias de luta

Quais as frentes de intervenção político-sindical que uma tal situação levanta? Na nossa opinião, essencialmente as seguintes:

a) defesa da componente pública do ensino como garantia do acesso de todos os cidadãos e como núcleo fundamental de consolidação de uma cultura radicada no local e no nacional;

b) um ensino de excelência que garanta uma qualidade de formação cívica e de preparação técnica da força de trabalho capazes de contribuírem para a criação de espaços de valorização do local;

c) um maior entrelaçamento (inevitavelmente multifacetado e multi-referencial) entre o ensino/educação e a qualidade de vida das populações.

A importância da economia subterrânea coloca também num primeiro plano as questões éticas, por razões de formação, de cidadania e de estratégia de luta. Como já tivemos a oportunidade de afirmar publicamente, “o

entrelaçamento orgânico e indispensável entre globalização e economia subterrânea coloca as questões éticas num primeiro plano. Questões éticas que não surgem por um qualquer imperativo categórico explicitado por um conjunto de princípios filosóficos ou religiosos, mas porque alguns dos valores essenciais da humanidade foram postos em causa e tal gerou agravamento das desigualdades, exploração desenfreada. (...) Provavelmente muitos dos nossos compatriotas desta ‘aldeia global’ pouco saberão sobre a globalização, terão tendência para considerar como inevitável a dinâmica actual das sociedades, mas aceitarão combater o tráfego de órgãos humanos, a produção e comercialização das drogas, os negócios de guerra, a candonga na eliminação dos lixos tóxicos, a escravatura humana, a corrupção. *A frente ética de luta contra a globalização é socialmente bastante mais ampla que a luta económica contra os efeitos nefastos desta mundialização ou contra a sociedade capitalista que a gera*”.

A reconstrução do tecido social assente na ética exige uma forte intervenção social, um combate político, uma luta corajosa de todos quantos a defendem. Exige uma Educação universal, científica, crítica, imaginativa, livre, irreverente, sem subserviência a ideias e poderes, com a participação e vigilância de todos nós, em todos os níveis de ensino. ▀

(1) Pimenta, Carlos. 2004. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Ideias - Economia. Lisboa: Campo da Comunicação.

(2) A utilização generalizada do Inglês na comunicação entre os homens à escala mundial, nomeadamente nas áreas científicas, tem enormíssimas vantagens, numa época em que a distância geográfica deixou de ser um obstáculo intransponível para se trabalhar em conjunto ou simplesmente comunicar. Contudo, dizer que o Inglês é o “esperanto dos tempos modernos”, como frequentemente se afirma nos meios universitários, é ignorar que o esperanto não estava ao serviço de nenhum projecto político de dominação mundial, enquanto o Inglês é uma ramificação da dominação do capital americano. Além disso, a utilização sistemática do Inglês, mesmo quando a comunicação se faz entre portugueses, e não só, é uma forma de os conhecimentos científicos só circularem pela “comunidade científica” e não contribuírem para o enriquecimento do conhecimento corrente, para a expansão cultural dos povos.



Adriano Rangel

Frente Comum aprovou reivindicações da Administração Pública

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública reuniu a sua cimeira no dia 13 de Setembro, onde foi aprovada a proposta reivindicativa para 2007.

Aumentos salariais justos, a par da defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, constituem reivindicações de cada um dos 34 sindicatos que integram esta estrutura sindical unitária.

Num contexto político e social complexo – o Governo e os defensores do neoliberalismo procuram fazer crer que a redução do poder de compra dos trabalhadores e o aumento das desigualdades sociais a ele associado são necessários para a recuperação económica do país –, a cimeira da Frente Comum traduziu um estreitar de laços de colaboração entre os sindicatos da Administração Pública.

Para nós, educadores e professores, o momento é particularmente grave. O processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) encontra-se numa fase crucial, caracterizada negativamente pela atitude de inflexibilidade total do Ministério da Educação em aspectos da maior relevância para o exercício da profissão. O Governo de José Sócrates pretende mesmo suprimir, no futuro ECD, o direito dos professores à negociação colectiva.

Entretanto, no que respeita à Administração Pública, foi apresentado para “apreciação” e com pedido de parecer, com o prazo de 20 dias, um “*Projecto de Decreto-lei Sobre Justificação de Faltas por Doença*”. Foram igualmente apresentados à Frente Comum para “apreciação no âmbito do processo negocial” três documentos que revelam, igualmente de forma clara e inequívoca, a atitude negativa do Governo face aos seus trabalhadores:

- “*Negociação Geral para a Administração Pública em 2007 – Princípios Orientadores*”;
- “*Projecto de Proposta de Lei em Matéria de Congelamento de Progressões nas Carreiras e de Suplementos Remuneratórios*”;
- “*Projecto de Proposta de Lei de Desconto para a ADSE e Outros Subsistemas de Saúde*”.

Foi proposto, também, pela Secretaria de Estado da Administração Pública, um calendário negocial que, a julgar pelo modo como tem decorrido a “negociação” do ECD, mais não será do que a calendarização da afirmação de prepotência do Governo na sua sanha contra os serviços públicos e os que neles trabalham.

A Proposta Reivindicativa aprovada (*página seguinte*), e apresentada ao Governo para negociação, está devidamente fundamentada. É uma proposta justa e séria. Vale a pena lutar por ela! ▶

Henrique Borges,
direcção do SPN



Adriano Rangel

Aposentados também na mira do Governo

Na sua marcha para prejudicar todos os funcionários públicos, o Governo pretende atingir agora aqueles que já se encontram aposentados.

Já não bastavam as medidas restritivas à obtenção da aposentação, agora propõe-se retirar 1% das pensões como desconto para a ADSE, atitude que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) repudia vivamente. Temos que lutar todos contra esta medida, injusta e inaceitável. Por isso, todos os educadores e professores aposentados devem participar nas acções que vierem a ser convocadas. Contacte o SPN! ▶

Salários e prestações pecuniárias

- actualização dos salários e pensões em 5%, com garantia de aumento mínimo de 50€
- eliminação gradual da diferença entre o valor do índice 100 das carreiras do regime geral e o valor do salário mínimo nacional, a iniciar em 2007, de modo a que em 2010 o valor do índice 100 não seja inferior a 500€
- actualização do subsídio de refeição para 6€
- actualização das restantes prestações pecuniárias, incluindo as da ADSE, em 10%
- actualização dos escalões de IRS em 10%
- recusa de qualquer congelamento dos suplementos remuneratórios
- aplicação automática dos aumentos salariais a todos os trabalhadores da Administração Pública e abertura dos processos negociais para os trabalhadores consulares, das embaixadas e dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, sem ficarem dependentes de cabimento orçamental
- regulamentação e aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade, previsto no Decreto-Lei 53-A/98, de 11 de Março

Aposentação

- reprivatização do Estatuto da Aposentação, na sua redacção anterior, nomeadamente, à Lei 1/2004, à Lei 60/2005 e revogação do Decreto-Lei 286/93, de 20 de Agosto

Contratação colectiva

- observância rigorosa dos princípios de uma efectiva e séria contratação colectiva
- abertura dos processos negociais sectoriais ou subsectoriais nos diversos ministérios, serviços e grupos profissionais, quando tal for solicitado
- cumprimento estrito da Lei, no sentido da não inclusão de matérias que caiam no âmbito da contratação colectiva nos regulamentos internos
- cumprimento dos prazos e trâmites estabelecidos na Lei por parte dos serviços e pessoas colectivas que recebam propostas de convenções dos sindicatos
- negociação de acordos na área de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho que promovam a eleição dos representantes dos trabalhadores e permitam desenvolver com maior eficácia a sua actividade

Precariedade

- recenseamento dos trabalhadores em situação de precariedade e entrega dos seus resultados aos sindicatos da Frente Comum
- transformação em vínculo permanente de emprego público do vínculo precário de todos os trabalhadores que estejam a satisfazer necessidades permanentes dos serviços, incluindo os trabalhadores em estágios profissionais e os bolseiros

Reestruturação da Administração Pública

- apresentação prévia, aos sindicatos, dos estudos que possam justificar quaisquer medidas de extinção, fusão e reestruturação de serviços, assim como de racionalização de efectivos
- negociação séria com os sindicatos de todas as matérias que tenham efeitos na situação dos trabalhadores, como estabelece a Lei 23/98
- abandono e/ou revogação do processo legislativo em curso sobre a reorganização de serviços e sobre a mobilidade dos trabalhadores
- revogação da Lei 23/2004, de 27 de Julho (regime de contrato individual de trabalho da Administração pública), da Lei 3/2004, de 15 de Janeiro (Lei dos Institutos Públicos), e da Lei 4/2004, de 15 de Janeiro (Lei da Administração Directa do Estado)

Carreiras

- contagem de todo o tempo de serviço prestado entre 29 de Agosto de 2005 e 31 de Dezembro de 2006, para todos os efeitos, nomeadamente para progressão na carreira profissional, e recusa de novos congelamentos de tempo de serviço
- abandono dos processos de revisão/destruição dos vínculos, carreiras e salários em curso, e negociação de um sistema que garanta a valorização e dignificação das carreiras da Administração Pública, assegurando a todos os trabalhadores o acesso ao topo, e que tenha em conta o aumento das exigências profissionais e de conhecimentos para o desempenho das funções
- revogação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP)
- aplicação dos decretos-lei 404-A/98 e 412-A/98 e da Lei-Quadro das Inspeções às carreiras e trabalhadores a que não tenham ainda sido aplicados

Formação profissional

- garantia aos trabalhadores, a nível de cada serviço, das horas de formação a que têm direito por Lei, e elaboração, com esse objectivo, de planos de formação profissional com a sua participação, enviando cópia à respectiva associação sindical
- aprovação das candidaturas apresentadas pelas associações sindicais com vista ao aumento da qualificação profissional dos trabalhadores
- dedução, em sede de IRS, das despesas com formação profissional e equipamento para o exercício de funções

Maternidade

- garantia de que os trabalhadores em regime de contrato tenham direito ao pagamento integral do período de licença de maternidade e paternidade, mesmo que este se prolongue para além da data de caducidade do contrato

Afinal quem estraga a produtividade?

Quando nos querem fazer crer que a História não serve para nada, que o futuro não tem nada a ver com o passado, que o presente é apenas construído por alguns pensantes que teimam em dizer que os trabalhadores (mal pagos) devem sujeitar-se às ideias das suas brilhantes cabeças (bem pagas) e que a memória deve ser tão curta quanto possível, por vezes, tomba uma verdade que destroça esta nova/velha ideologia.



Ana Alvim

Vem isto a propósito do relatório anual do Fórum Económico e Social sobre a competitividade da economia de 125 países, onde Portugal baixou três lugares, passando a ocupar a 34ª posição. Até aqui, nada de novo, pois isto é o que nos dizem todos os dias os arautos (bem pagos) da ideologia de que o país tem que ser mais competitivo. O problema é que os culpados por esta *desgraça* não são os malandros dos trabalhadores que não fazem (ou não querem) fazer nenhum, nem os salários “elevadíssimos” dos trabalhadores (particularmente os da Função Pública). E também não são os custos nem a qualidade das instituições públicas os responsáveis pela *desgraça*.

Não, os grandes responsáveis por este estado das coisas são, por ordem decrescente:

- o baixo ritmo de crescimento, o elevado défice público e o avultado desequilíbrio das contas externas, ou seja a política seguida pelos sucessivos governos que nos têm (des)governado;
- o modo como as empresas funcionam e definem as suas estratégias.

Aliás, quando se comparam as empresas públicas com as privadas, aquelas ficam em 23º lugar no *ranking* mundial, à frente de vários países da Zona Euro, enquanto as privadas se ficam pelo 31º lugar.

Sempre a mesma cantiga

Vamos, então, a um tempo em que a memória começa a deixar de funcionar. Diga-se, em abono da verdade, que não é muito longínquo, pois basta-nos recuar ao tempo do ministro Bagão Félix, com a célebre discussão em torno do pacote laboral, onde batia e tornava a bater na tecla de que os trabalhadores é que eram os responsáveis pela baixa competitividade portuguesa.

Mário David Soares,
direcção do SPN
(membro do Conselho
Económico e Social Europeu)

Os “altíssimos” salários que auferiam, a “pouca” precariedade no trabalho, o “enormíssimo” absentismo, tudo isto eram os grandes factores para a baixa produtividade. Por isso, os ganhos de produtividade eram distribuídos pelo capital e era necessária uma nova legislação laboral e um apertadíssimo controlo salarial; pouco importava que os dados mostrassem que os salários dos trabalhadores portugueses eram dos mais baixos da Europa, ou que em Portugal existia uma das mais altas taxas de emprego precário – alguns ainda se lembrarão de um outro estudo internacional que dizia que os nossos empresários eram dos mais mal preparados da Europa, mas que auferiam das mais elevadas remunerações...



Ana Alvim

Esperando que tudo isto estivesse no esquecimento, o actual Governo volta a insistir na mesma tecla de que a solução para o país deve ser continuar a investir contra os trabalhadores, continuar o desmantelamento da função social do Estado, continuar a privatização do sector público. E, no caso da Educação, impedir que os professores sejam dignificados socialmente para, desse modo, poupar mais alguns tostões...

Não apaguem a memória

Recuperemos, então, a memória das coisas:

- os países com salários mais elevados são os mais produtivos;
- os países que mais apostam na educação e na qualificação são, também, os mais produtivos;
- os países que desvalorizam os seus recursos humanos nunca saem da cepa torta;
- alguns ainda pensam que a mentira muitas vezes repetida passa a ser verdade;
- os trabalhadores portugueses não podem ser maus em Portugal e bons no estrangeiro, tem de haver outros factores;
- todos os estudos comparativos dizem que em Portugal os salários são dos mais baixos e a precariedade do emprego é das mais elevadas (vide o caso dos professores contratados);
- a nossa baixa produtividade tem a ver, sobretudo, com a incapacidade empresarial de tirar partido das condições de negócio que o país oferece.

Recortemos as notícias dos jornais para nos indignarmos quando nos dizem o contrário da realidade. Mas cuidado, há jornais que devemos evitar. O do inefável José Manuel Fernandes – o maior especialista de todas as coisas em Portugal – conseguiu não dizer uma única palavra sobre o essencial da notícia divulgada por todos os jornais escritos, falados e televisados: que quem estraga a nossa economia não são os salários dos trabalhadores, não é o absentismo dos trabalhadores, não é o sector público. Quem estraga a nossa competitividade são precisamente os empresários que pagam maus salários, que acusam os trabalhadores de só quererem férias e pontes e que são dos mais bem pagos da Europa.

Por favor, não apaguem a memória! ▶

Faltas por conta do período de férias

O artigo 102º do Estatuto da Carreira Docente possibilita aos professores faltarem 12 dias úteis por ano, sendo a respectiva gestão da sua competência.

Só em determinadas situações é necessária a autorização do órgão de gestão do estabelecimento de ensino. Assim, o docente que pretenda faltar ao abrigo do 102º:

- mais de dois dias no mesmo mês
- em dias intercalados entre feriados, ou feriados e fins-de-semana
- antes ou depois de feriados coincidentes com sexta-feira ou segunda-feira
- dois dias seguidos

deve solicitar ao órgão de gestão autorização por escrito, com antecedência mínima de cinco dias. A autorização pode ser recusada por conveniência de serviço.

Só quando é necessária a autorização para faltar é que é possível a aplicação do previsto nos pontos 4 e 5 do artigo 12º do Despacho 13.599/2006, de 28 de Junho (2ª Série), ou seja a obrigatoriedade da apresentação dos planos de aula das turmas a que o docente irá faltar.

Neste caso, e só neste, a não apresentação dos referidos planos é fundamento para a injustificação da falta.

índice de legislação · setembro

I Série

06. Decreto-Lei 183/06

Cria a Escola Portuguesa de Luanda – Centro de Ensino e Língua Portuguesa.

20. Portaria 1.047/06

Fixa as vagas para candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo 2006/07 nos cursos de complemento de formação científica e pedagógica e de qualificação para o exercício de outras funções educativas ministrados em estabelecimentos de Ensino Superior público.

20. Portaria 1.050/06

Fixa as vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo 2006/07 nos cursos de complemento de formação científica e pedagógica e de qualificação para o exercício de outras funções educativas ministrados em estabelecimentos de Ensino Superior particulares e cooperativos.

II Série

18. Despacho 18.894/06

Determina que os coordenadores do Ensino Português no Estrangeiro possam promover a contratação local mediante algumas condições.

20. Despacho 19.212/06

Regulamenta a redução e a concessão de dispensas de serviço dos dirigentes sindicais.

25. Despacho 19.575/06

Determina a distribuição dos tempos mínimos de leccionação dos programas do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Acções de formação no Museu do Abade de Baçal



Sediado num sóbrio paço episcopal setecentista, integrado na zona histórica de Bragança, o Museu do Abade de Baçal (MAB) tem à sua guarda um vasto e eclético acervo, que, pela natureza das colecções, bem como pela longa cronologia que abarcam, proporciona uma abordagem plural nos diferentes âmbitos disciplinares, numa perspectiva de complementaridade e de transversalidade de saberes. Neste

âmbito, o serviço educativo do MAB organizou duas acções de formação dirigidas a professores, visando a divulgação do seu espólio e a exploração de metodologias de análise da cultura material, a realizar em contexto escolar. Cada acção tem a duração de cerca de duas horas, e a marcação deve ser feita pelas escolas, de acordo com os seus interesses e a disponibilidade dos técnicos do serviço educativo do MAB.

Mais informações podem ser obtidas através do correio electrónico (mabacal.se@ipmuseum.pt) ou por telefone (273 331 595).

SETEMBRO

19. Reunião da Comissão Negociadora Sindical com a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo sobre o contrato colectivo de trabalho do Ensino Particular e Cooperativo e das IPSS, Lisboa
20. Cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Lisboa
20. Reunião ME/Fenprof sobre o ECD, Lisboa
21. Coordenação Nacional do 1º Ciclo (Fenprof), Viseu
27. Reunião ME/Fenprof sobre o ECD, Lisboa
29. Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa

OUTUBRO

04. Reunião do ME com todos os sindicatos de professores para entrega da 3ª versão da proposta de revisão do ECD, Lisboa
05. Marcha Nacional de Professores e Educadores, Lisboa
11. Apresentação, e entrega no ME, da contra-proposta da Plataforma Sindical Docente para a revisão do ECD
12. Protesto Geral "Mudança de Políticas" (CGTP-IN), Lisboa
12. Reunião ME/Fenprof sobre o ECD, Lisboa
13. Fórum Social Português, Almada (até 15)
17. Greve Nacional dos Educadores e Professores (sob pré-aviso)
18. Greve Nacional dos Educadores e Professores (sob pré-aviso)
25. Conselho Nacional da CGTP, Lisboa

Nota: Outubro fica, também, marcado pela realização de centenas de reuniões de escolas/agrupamentos e plenários concelhios de educadores e professores (áreas sindicais do SPN)

“É necessário remobilizar colectivamente os professores”

“O incentivo ao individualismo exacerbado e a competição espúria entre pares são indicadores do sucesso de muitas das políticas neoconservadores e neoliberais. Por isso, sinto que é necessário remobilizar colectivamente os professores, papel que os sindicatos sempre tiveram e devem continuar a ter”.

A ideia em epígrafe foi realçada por Almerindo Janela Afonso, em Faro, ao intervir nas Jornadas Pedagógicas promovidas pelo Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS), que contaram com a dinamização de outros docentes, investigadores e sindicalistas: Ariana Cosme e Rui Trindade (Universidade do Porto), Luís Santos (Universidade de Évora), Isabel Baptista (Universidade Católica do

Porto), Abílio Amiguinho (ESE de Portalegre), Adriano Teixeira de Sousa, Manuela Mendonça, Mário David Soares e Mário Nogueira (todos do Secretariado Nacional da Fenprof).

Participando numa acção sobre “A Escola Pública de hoje/Ética da profissão docente – constrangimentos e desafios”, Almerindo Janela Afonso destacou a necessidade de “procurar soluções para valorizar a escola pública e os professores” e observou a dado passo: “Num contexto actual adverso, as práticas colectivas de planificação e de acção (e de resistência) têm, também, uma dimensão estratégica para enfrentar os dilemas e os problemas com que os professores se confrontam no quotidiano escolar, sobretudo quando são vítimas de órgãos de gestão cada vez mais autoritários e anti-democráticos”.

Referindo-se à situação e aos desafios do presente, o professor/investigador do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho salientou que “precisamos de um profissionalismo de resistência,

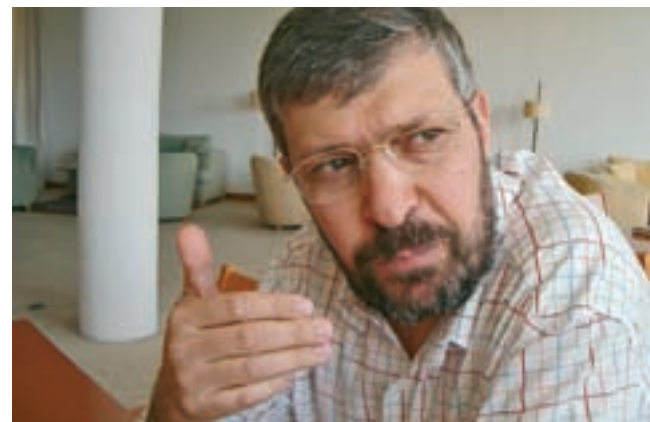
lúcido e comprometido. Precisamos, mais do que nunca, de uma reflexão crítica e ampla que nos ajude a compreender as mudanças e nos incentive a encontrar alternativas realistas para o nosso futuro profissional, não abrindo mão de uma escola de qualidade científica, de qualidade pedagógica e de qualidade democrática”.

Professores nos antípodas do neotaylorismo

Abordando as três etapas da “história da profissão docente” (professor *missionário*, *funcionário* e *profissional*), Janela Afonso destacou que “o profissionalismo desenvolve-se e concretiza-se, entre muitos outros aspectos, utilizando margens de autonomia relativa no exercício da actividade docente”.

Essas margens, prosseguiu o sociólogo, “implicam o reconhecimento político e social da docência como *profissão*. Isto é, o reconhecimento de que os professores, enquanto tal, podem e devem fazer escolhas estruturadas e fundamentadas científica e pedagogicamente, no sentido de dar conta da multiplicidade, complexidade e cada vez maior imprevisibilidade dos factores que estão presentes e interagem nos contextos pedagógicos”.

“Se considerarmos o trabalho de um operário não qualificado nos primórdios do processo de industrialização capitalista, tão bem representado por Chaplin em *Os Tempos Modernos*, verificamos que o professor como profissional está nos antípodas da concepção taylorista”, concluiu Janela Afonso, constatando que, “infelizmente, muitas das políticas neoliberais e neoconservadoras actuais desencadearam um processo de desvalorização e de controlo panóptico da profissão que pode muito bem ser designado como neotaylorização do trabalho docente”. ▶



José Paulo Oliveira

José Paulo Oliveira,
jornalista

Querida colega de lutas sindicais!

Hoje, 22 de Setembro de 2006, a saudade bateu-me à porta. Lembrei-me de ti, do tempo em que nos conhecemos e me ensinaste a ser dirigente sindical. Eras uma mulher de armas, uma guerreira! Os sócios e não sócios do nosso sindicato admiravam-te, ouviam-te! Lembro-me que fazias reuniões para as educadoras de infância, e iam ouvir-te colegas de todos os graus de ensino. Porque falavas bem, com acerto, inteligência, dignidade e espírito de luta. Porque naquela época lutavas pela melhoria das condições de trabalho da classe docente, bem como pela qualidade do ensino em Portugal. Porque te indignavas com veemência contra as injustiças que vias no nosso ministério, as desmascaravas sem medo e ainda nos ensinavas que o medo é que fazia de nós uns perdedores.

Ajudaste muitos colegas teus a serem reivindicativos e a lutarem por um Estatuto da Carreira Docente que nos dignificasse a todos, professores e Ministério da Educação. Ensinaste-nos a levantar a cabeça, a ter orgulho de ser professores e a lutar pelos nossos direitos.



Adriano Rangel

Carta à Directora Regional de Educação do Norte

Eras uma colega nossa, sentavas-te ao nosso lado e orgulhavas-te disso.

Agora sentas-te numa cadeira elevada – a cadeira do poder. Confesso que fiquei satisfeita quando soube que eras tu a nomeada para o cargo. Até pensei com os meus botões: *Ainda bem que ela vai assumir este cargo! É uma lutadora e não vai permitir que os políticos continuem a prejudicar os professores e o ensino em Portugal.*

Enganei-me!

Não sei de que material é feita a tua cadeira, porque realmente tu pareces outra pessoa! Aquela educadora de infância que motivava os colegas a irem às reuniões sindicais, a fazerem manifestações na 5 de Outubro, em Lisboa, ou na Assembleia da República; a Margarida Elisa que ia à frente nas manifestações, a segurar orgulhosamente a tarja do SPN, sem medo que a vissem ou a mostrassem na televisão; aquela sindicalista que não tinha medo às curvas do Marão e vinha a Bragança fazer reuniões sindicais de casa cheia, agora mudou de estratégia!

Não é que a rapariga já não se identifica com as lutas sindicais, nem sequer com reuniões de sindicato que esclareçam as mais angustiantes e pertinentes dúvidas que se colocam à esmagadora maioria dos professores?

Agora tens medo dos sindicatos? A troco de uma cadeira, queres calar a voz da razão? Nem o Sr. Oliveira, de Santa Comba Dão, se lembraria de colocar na Internet, em véspera de um plenário sindical do teu sindicato, um despacho que foi considerado ilegal por quem de direito! Só para intimidar...

Tu sabes (os anos de prática nas lutas sindicais ensinaram-te) que muitos dos teus colegas estão receosos do futuro que vocês, políticos, lhes reservam, e por isso tentam agradar-vos a todo o custo. Sendo assim, abstenho-me de comentar o resultado dessa manobra de diversão.

Já deves ter esquecido o que passaste...

Prefiro acreditar que nessa cadeira “tentadora” está alguém com um nome parecido com o teu, com um aspecto que lembra vagamente o teu, mas que não és tu. Essa pessoa não é, certamente, a Margarida Elisa que me ensinou a não baixar a cabeça!

Todos os dias nos tornamos diferentes, por isso às vezes nos enganamos nos juízos que fazemos dos outros, porque eles também mudam. Eu enganei-me no juízo que fiz quando soube que tinhas sido nomeada para essa cadeira.

Tu agora és uma pessoa diferente. És outra! Já nem pelo nome que sempre te conheci és reconhecida! Eu também sou outra, muito embora continue a ter o nome de sempre. Muito embora continue a não baixar a cabeça!

Sabes, tive uma excelente Mestre – aquela sindicalista que tu foste!

Lembras-te? Nessa altura, tu eras imprescindível.

Nós, os teus colegas de lutas sindicais, ainda somos!

Saudações sindicais. ▀

M^a Helena Gonçalves Subtil,

sócia do SPN nº 17.187

Educação e migrações

A crónica anterior (a primeira desta série), cujo *leit-motiv* foi o lançamento, em Maputo, do plano para a II Década da Educação em África, fez referência à necessidade, e inevitabilidade, de considerar a influência de outros factores e contextos na relação entre educação e desenvolvimento. O inverso desta posição prudente é conceber o desenvolvimento, ou o que nos discursos se uniformiza sob essa designação, como corolário automático dos esforços e investimentos colocados na Educação, subestimando-se todo um complexo sistema de variáveis.

Um estudo recente do Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique permite ler nas entrelinhas como os contextos globais (e regionais) perturbam uma correlação positiva entre aqueles dois termos, não sendo possível pensar qualquer realidade local, regional ou nacional sem ponderar condicionalismos externos e internos.

Uma das causas que contribui para acentuar os fluxos migratórios no sentido Sul-Norte (ou dentro do espaço do Sul) é a busca de melhoria de condições de vida, como se sabe, embora à lupa pudéssemos identificar outras circunstâncias que constituem motivações directas e indirectas para esse movimento. Por exemplo, o aumento de vagas na área da Saúde em alguns países desenvolvidos, designadamente no sector de enfermagem, tem constituído factor de atracção de gente formada no Sul (ou no Norte, através de bolsas de estudo), onde precisamente as carências (por força de doenças como a SIDA ou a malária) continuam críticas nessa área. No caso concreto de Moçambique, a migração de pessoas qualificadas para outros países da *Southern Africa Development Community* (SADC), como a África do Sul e a

Zâmbia – onde os salários dos técnicos de saúde são substancialmente mais elevados – registou também um aumento considerável nos últimos anos.

Os programas de formação na área da Saúde em África vêem, assim, os seus objectivos afectados em virtude da acção de factores que transcendem os contextos locais – e nacionais –, e uma ou várias soluções combinadas para resolver a questão não pode(m) deixar de abranger intervenções articuladas a vários níveis – aquilo que os políticos, na sua gíria decorada, costumam designar por políticas multi-sectoriais.

Esta questão poderá assumir – evocando receios expressos por responsáveis moçambicanos da área da Saúde – uma escala dramática, em virtude das condições salariais e materiais do exercício de amplo número de profissionais no domínio da Saúde (e, também, da Educação, cujos principais problemas procuraremos sintetizar em próximas crónicas).

O projecto de integração económica no bloco regional da SADC, em curso, prevê a livre circulação de pessoas e bens e alterações radicais ao nível da fiscalidade e taxas aduaneiras (até à sua erradicação). Para um país como Moçambique, com acentuados défices económicos e educativos, os riscos e os desafios (como agora amiúde se repete) são imensos, mas esta via parece ser assumida localmente como a única possível, a crer nas percepções que boa parte das classes política e académica exprimem.

Ora, o processo de harmonização curricular no Ensino Superior partilha essa ambivalente via ditada pelas lógicas de integração regional (e global), com as oportunidades e riscos inerentes – nomeadamente o da migração de quadros docentes.

Não será este, obviamente, o exemplo mais “clássico” de uma situação em que o investimento em Educação, em África, não se traduz na esperada contribuição para o desenvolvimento, ou para a melhoria das circunstâncias de vida das populações. Mas é, em todo o caso, sintomático de como as consequências desse esforço dependem de factores externos ao universo da Educação ou das políticas educativas. ▀



OMS

Humberto Lopes,

doutorando em Ciências da Educação (FPCE-UP)

Beckett...

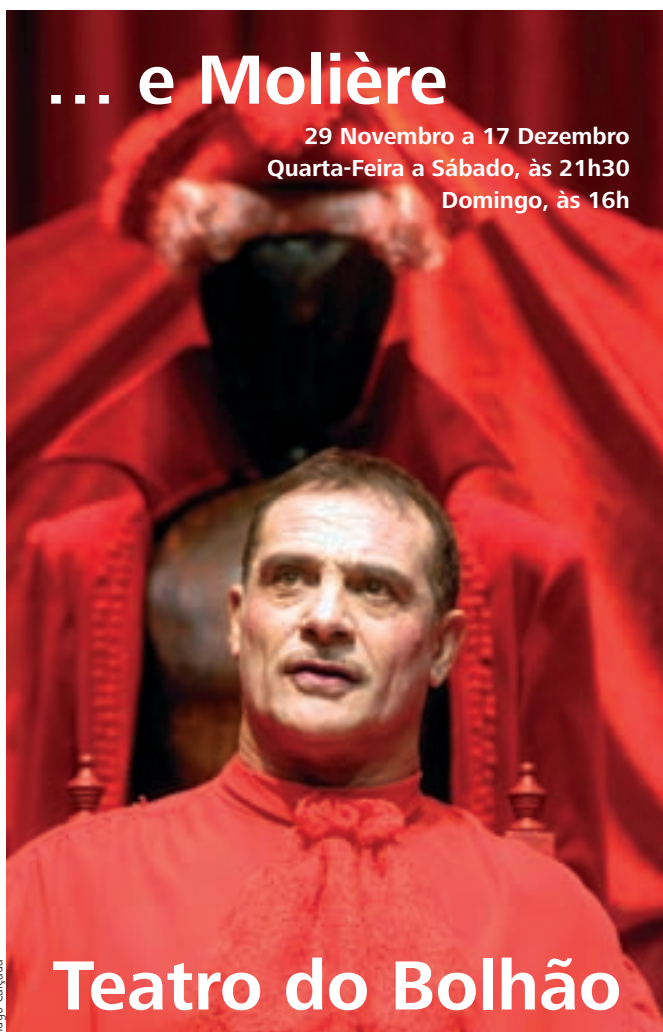
9 a 19 Novembro
Terça-Feira a Sábado, às 21h45
Domingo, às 16h



Margarida Dias

... e Molière

29 Novembro a 17 Dezembro
Quarta-Feira a Sábado, às 21h30
Domingo, às 16h



Hugo Calçada

Teatro do Bolhão

Em Novembro/Dezembro, a Academia Contemporânea de Espectáculos/Teatro do Bolhão apresenta no seu auditório dois espectáculos com textos de autores nucleares da dramaturgia universal:

- estreia absoluta de “Começar a Acabar”, de Samuel Beckett, com encenação e interpretação de João Lagarto e música de Jorge Palma;
- reposição de “D. Juan”, de Molière, com encenação de Kuniaki Ida e interpretação de António Capelo e João Paulo Costa, entre outros.

Entretanto, a ACE/Teatro do Bolhão tem já programadas as próximas produções: “O Príncipezinho”, de Saint-Exupéry (Março) e “A Noite da Iguana”, de Tennessee Williams (Maio).

Trabalho dramaturgicamente surpreendente, a estreia absoluta de “Começar a Acabar” constitui um momento marcante da vida teatral nacional. Assinalando o centenário do nascimento do autor, o espectáculo é uma co-produção do Teatro do Bolhão, Os Crónicos e Teatro Nacional D. Maria II.

Para João Lagarto, “Começar a Acabar” é, antes de mais, um profundo acto de amizade entre dois irlandeses proeminentes – Beckett e o actor Jack MacGowran –, de onde resultou um monólogo de uma espantosa unidade dramática, passando pelos poemas e pelas vozes de Krapp, Lucky, Molloy, Clov, Vladimir, Malone, entre outras.

Celebração da errância temática e da confessionalidade que habitam a obra de Beckett, “Começar a Acabar” é a descoberta surpreendente do autor enquanto dramaturgo de si mesmo e a desconcertante confirmação da sua máxima: “Nada é mais cómico do que a infelicidade”.

Arquétipo de libertino ímpio, D. Juan foi, ao longo da história da cultura ocidental, uma fonte inesgotável de criação artística. Texto paradigmático sobre este mito, o “D. Juan” de Molière é objecto de uma produção da ACE/Teatro do Bolhão, dirigida pelo conceituado encenador japonês Kuniaki Ida.

Considerado pelos seus contemporâneos, em 1665, como um drama vicioso protagonizado por um herói cínico, brutalizador de corpos e de espíritos, “D. Juan” foi rapidamente proibido, sob a acusação de ser uma “comédia muito pernicioso já que não só representa os vícios mais horríveis, como também ensina a cometê-los”.

Dirigindo um elenco protagonizado por António Capelo (D. Juan) e João Paulo Costa (Sganarelle), entre outros, Kuniaki Ida valorizou fortemente as dimensões plástica e visual do texto, inspiradas no universo barroco, criando um espectáculo de grande envergadura técnica.

Registe-se que por este trabalho, António Capelo foi nomeado para os Globos de Ouro de 2005, na categoria de Melhor Actor de Teatro.


ACE / Teatro do Bolhão

Pç. Coronel Pacheco, nº 1 / Porto

Informações e reservas

Telefone: 222 089 007 / Fax: 222 080 052 / teatrodobolhao@ace-tb.com

NOTA: Graças a um protocolo assinado com o Teatro do Bolhão, os sócios do SPN beneficiam de um desconto de 50% no preço dos bilhetes para os espectáculos a realizar no Auditório da ACE.



O regresso de uma grande voz

Considerada uma das melhores vozes do jazz actual, Patricia Barber regressa a Portugal para dois concertos (Braga e Lisboa) em que apresentará o seu mais recente trabalho – “Mythologies” –, que os críticos têm vindo a aclamar e que a promoção refere como um contributo marcante para a história do jazz.

Em entrevista concedida ao «Diário de Notícias» por ocasião de uma anterior visita ao nosso país, Patricia Barber manifestava “a esperança de atingir a qualidade de Keith Jarrett ou Brad Mehldau” e afirmava que a distância que a separa desse desiderato se resumia numa palavra – consistência.

Pois bem, cada canção de “Mythologies” constitui um quadro musical consistente, desenhado sobre os personagens de «Metamorfoses» de Ovídio – poeta romano que influenciou autores como Dante, Milton e Shakespeare – e servido por uma voz sedutora e quente, resgatada dos territórios do *blues*.

Brilhante na recuperação/transposição daquela obra-prima literária para o universo do jazz, Patricia Barber (piano e voz) apresentar-se-á em quarteto com Neal Alger (guitarra), Michael Arnopol (baixo) e Eric Montzka (bateria), sendo provável que além das *mitologias*, percorra outras etapas da sua obra e/ou surpreenda com a *metamorfose* de alguns clássicos com assinaturas como Cole Porter, George Gershwin ou Beatles.

“As pessoas precisam de uma música que lhes toque a alma e não apenas a razão: ser impressionado por uma música não é o mesmo que deixarmo-nos comover por ela. Fixo os olhos no público que me escuta e demasiados entre eles têm o olhar vazio. É assustador. Eles precisam de arte. Precisam de música que os arrebathe de uma forma que nem sabem que precisam de ser arrebatados”.

E, normalmente, a Patricia é arrebatadora. ▶

Patricia Barber
Teatro Circo, Braga
11 de Novembro, 21h30

Meus caros amigos...

Na revista anterior, achei por bem ceder este cantinho a um Brecht *acastelhanado*. Foi assim que o conheci, e, francamente, acho que “soa” melhor do que em Português. Diz ele que quem luta um dia é *bueno*, mas que só os que lutam sempre são imprescindíveis – lá está, *imprescindibles* tem outro *salero*...

Vem isto a propósito de vossas excelências.

Afinal, companheiro, disseste que ias, e que até talvez levasses a mulher e as crianças. Consta que as levaste e que até aproveitaste para um fim-de-semana prolongado. Mas não foste...

A ti, velha carcaça, talvez te compreenda melhor. Afinal, este ano só foste uma meia dúzia de vezes lá acima, e aquela “ponte” vinha mesmo a calhar – o primo tinha a vindima, e se a malta gosta de beber uns canecos, só ficava bem dar-lhe uma mãozinha. *Né filho?*, como dizia o Zé Mário...

Mas olha que tu também me saíste uma rica bisca! Ia ser a primeira manif dos últimos anos e, já agora, aproveitavas para rever a malta, bla-bla-bla. *Parole, parole*... Talvez tenhas ficado a comemorar a República com o reinho da aposentação na barriga...

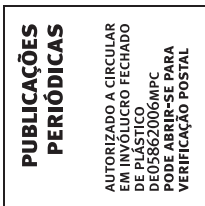
E tu, o teu pessoal ganhou ou perdeu? Ou tiveste reunião na concelhia? Como nunca mais disseste nada, já esperava que não aparecesses, mas enfim...

Que raio se passa convosco? Cansados? Ou já calçaram as pantufas?

Não quero crer que sejais daqueles “solidários” que ficam à espera de colher o fruto que não ajudaram a semear; ou dos que acham que agora é a vez dos “outros”. Meus safadotes... Éramos 25 mil, ou por aí – “contei” eu, da primeira à última fila. Se lá tivessem estado, seríamos 40 ou 50 mil. Ou mais.

O que já seria muita gente a gostar do Brecht, e talvez a *plateia* não chegasse para todos.

A.B. É por isso que admiro a vossa *imprescindible* capacidade de abdicação... ▶



nesta edição

- a abrir
- 02 **Crónica de uma cegueira anunciada**
- editorial
- 03 **Como um rio caudaloso...**
- acção sindical
- A Marcha Nacional mostrou a determinação e disponibilidade dos educadores e professores portugueses para lutarem contra as propostas de alteração ao ECD que o ministério pretende aprovar até ao final do mês.*
- 05 **Este rio não pode parar!**
- 06 **Por um ECD que dignifique a profissão docente**
- 07 **Postais de Lisboa**
- 09 **O protesto e a luta foram o acontecimento**
- 10 **25 mil contra as políticas do ME**
- internacional
- 11 **São precisos 18 milhões de novos professores**
- política educativa
- 12 **Que escola a tempo inteiro?**
- 13 **Educação Especial dispensava tratamento tão “especial”**
- 14 **Parlamento rejeitou projecto do PSD para a gestão das escolas**
- destaque
- Os off-shore são uma das principais placas giratórias de transferência de recursos do subterrâneo para o visível, do ilegal para o legal, do informal para o formal. As instituições que prestam serviços de ensino são parte integrante deste processo, tanto mais quanto fazem parte de um sector económico altamente rentável.*
- 18 **Globalização e sistema educativo**
- política laboral
- A cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública aprovou a proposta reivindicativa para 2007. Aumentos salariais justos, a par da defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, constituem reivindicações desta estrutura unitária.*
- 23 **Proposta Reivindicativa para 2007**
- 24 **Afinal quem estraga a produtividade?**
- diversos
- 26 **Consultório jurídico, índice de legislação, agenda sindical**
- em foco
- 27 **“É necessário remobilizar colectivamente os professores”**
- correio dos leitores
- 28 **Carta à Directora Regional de Educação do Norte**
- crónica
- 29 **Educação e migrações**
- apostas spn
- 30 **Beckett e Molière no Teatro do Bolhão**
- A fechar
- 31 **Meus caros amigos...**

spn
INFORMAÇÃO

DIRECTOR ABEL MACEDO

Ano XXI - II Série - N.º 8
Outubro 2006 - 2 euros
spninfo@spn.pt